



Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de São Vicente

ATA DA 53ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO VICENTE

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de julho do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 10:00 (dez) horas, na sala de reuniões do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de São Vicente, reuniram-se os senhores membros do Comitê de Investimentos, Marcelo Menegatti dos Santos Cruz, Carla Cozzetti, Thatiana Teixeira, Rubens Romão Fagundes e Paolo Brigido da Fonseca. Nesta reunião foram debatidos os assuntos relacionados aos investimentos do **2º trimestre de 2026**. Esta reunião estava programada para o dia 22 de julho, porém, devido à Expert XP que será realizada entre os dias 22 e 25 de julho na cidade de São Paulo, o Sr. Presidente solicitou a antecipação do cronograma. A Sra. Thatiana iniciou os trabalhos apresentando os temas a serem tratados; **1 - Relatório Macroeconômico elaborado pela Consultoria LDB e Relatório Mensal da Coordenadoria de Investimentos**: Os relatórios já eram de conhecimento dos membros, pois são encaminhados mensalmente após a atualização da carteira. Ainda assim, foram apresentados em reunião para discussão dos principais pontos. Após discussões acerca do tema, concordaram que os relatórios refletem adequadamente as informações e perspectivas. Sendo assim, os relatórios foram aprovados por este colegiado e serão utilizados como suporte para a elaboração do Relatório Trimestral do Comitê de Investimentos. **2 - Carteira de Investimentos**: A Sra. Carla destacou que houve uma boa recuperação da carteira, após um 1º trimestre de baixa valorização em razão do agravamento do conflito entre Estados Unidos e Irã, que pressionou os ativos no exterior e os fundos de ações brasileiras, afastando os investimentos do IPRESV em 0,96% da meta, ou seja, no período em que a meta atuarial encerrou em 3,15%, o portfólio do Instituto apresentou rentabilidade de apenas 2,19%. Porém, já no primeiro mês do 2º trimestre, nossas aplicações apresentaram um retorno bem expressivo de 2,08% contra uma meta atuarial de 1,22%. Em maio, apesar de apresentar um desempenho mais discreto, o rendimento foi novamente superior à meta, finalizando o mês com um retorno de 1,09% sobre uma meta de 1,06%. E para confirmar o atingimento da meta atuarial, no mês de junho, os ativos consolidados da carteira de investimentos do IPRESV aumentaram 0,64% enquanto a meta ficou em 0,57%. O Sr. Rubens sinalizou que após essa recuperação no trimestre em análise, o portfólio ultrapassou a meta atuarial em 0,01%, finalizando assim, o 1º semestre de 2026 com o objetivo atingido. O Sr. Paolo complementou, dizendo que apesar da grande volatilidade que os ativos de renda variável devem apresentar no 2º semestre devido às eleições, uma pequena redução nas perspectivas de inflação pode interferir positivamente no IBOVESPA e, consequentemente, nos fundos de ações que compõem o portfólio do RPPS. E, seguiu, ressaltando, que 75% dos investimentos do IPRESV estão alocados em renda fixa que deverão entregar resultados acima da meta, e assim, se os ativos de renda variável não apresentarem uma desvalorização muito forte, que possa impactar negativamente na contribuição para a rentabilidade da carteira, no final do ano, o IPRESV deverá entregar a meta atuarial com uma certa "gordura". O Sr. Marcelo pediu a palavra para informar que desde o início de julho até a presente data, as projeções para



Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de São Vicente

a inflação, segundo os boletins Focus mais recentes, já vêm demonstrando um arrefecimento, principalmente pela redução nos preços do petróleo e alimentos. Os membros analisaram a carteira do IPRESV e confirmaram, que as aplicações estão aderentes à Política de Investimentos e as regulamentações em vigor, conforme parecer anexado a esta ata. Após estas explanações, a Sra. Thatiana apresentou o próximo tema a ser tratado; **3 – Credenciamentos de fundos e instituições:** Os Srs, Marcelo e Paolo visitaram a gestora Riza no escritório de São Paulo, nos dias 26 e 27 de março de 2026 para realizar diligência e conhecer os gestores, porém, na reunião do Comitê posterior á visita, credenciamos apenas a Riza Asset e deixamos de registrar formalmente em ata a Riza Real Estate, braço da Riza responsável pelos fundos imobiliários, sendo assim, o Comitê de Investimentos decidiu por credenciar o Fundo Imobiliário Riza Malls, CNPJ nº 67.046.949/0001-01 e a Gestora Riza Real Estate, CNPJ nº 57.312.441/0001-05. **4 - Vídeos-Conferências, Visitas, Congressos e Diligências:** Em junho, os membros do Comitê participaram de vídeos-conferências sobre cenário econômico e apresentação de estratégias para a carteira do RPPS de algumas instituições financeiras e ainda apresentação dos produtos de investimentos distribuídos pelas mesmas, tais como: Riza, XP, Bradesco e CEF. Além disso, dois membros do Comitê participaram do 59º Congresso Nacional da ABIPEM, realizado na Cidade de Natal/RN, nos dias 10 a 12 de junho de 2026. **5 – Alocações/Realocações e Resgates:** O Sr. Rubens relembrou os demais membros acerca dos vencimentos dos cupons das NTN-B com final par que serão pagos no dia 17 de agosto e a Sra. Carla acrescentou, dizendo que o fundo de vértice 2026 da CEF tem vencimento no dia 15 de agosto e sendo assim, este colegiado deverá deliberar pela realocação desses recursos. O Sr. Marcelo questionou sobre os valores aproximados que estarão à disposição do IPRESV após estes pagamentos e o Sr. Paolo informou que o valor a receber do fundo da CEF é de aproximadamente R\$ 35 milhões, porém, quanto aos cupons, só vamos ter ciência do valor aproximado em meados de agosto, quando as custodiantes enviam as projeções de pagamento. O Sr. Paolo recordou os demais membros sobre o Fundo TOP DI, da Caixa Econômica, que já foi credenciado pelo Comitê e pelo Conselho anteriormente e pode ser uma boa opção para realocação do recurso do fundo de vértice 2026, e destacou, que este fundo possui um PL de mais de R\$ 14 bilhões, e que o montante investido por RPPS é inferior a 10% do PL, conforme declaração emitida pela Asset da CEF, ou seja, bem distante dos 50% permitidos pela Resolução nº 5.272/2025 e ainda apresentou um comparativo entre o desempenho do CDI e do Fundo CEF TOP RF DI. No gráfico (anexo) é possível observar que o fundo performa linearmente acima do índice DI desde seu lançamento em 2024. O mesmo observou que este estudo já seria um bom indicador de que o fundo tem histórico consistente de rentabilidade compatível com o atingimento da meta atuarial, porém, para fundamentar de maneira mais técnica a efetividade de uma aplicação neste produto, o Comitê de Investimentos avaliou os seguintes riscos: **Risco de Mercado:** constatou-se uma redução de volatilidade na carteira mudando do Caixa Vértice para o Caixa TOP, tendo em vista que o novo fundo tende a acompanhar o CDI e o fundo de vértice sofria a marcação a mercado; **Risco de Crédito:** Não houve aumento de risco de crédito, pois foi mantida a exposição a títulos públicos federais e operações compromissadas; **Risco de**



Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de São Vicente

Liquidez: O novo fundo apresenta maior liquidez que o fundo de vértice, podendo ser utilizado para um resgate emergencial; **Risco de Concentração:** Não há aumento de concentração por emissor ou gestor, considerando que o recurso se manterá na mesma instituição, a CEF; **Enquadramento na Resolução CMN nº 5.272/2025:** Este fundo está inteiramente enquadrado na Resolução, bem como nos limites da Política de Investimentos do IPRESV; **Análise Agregada da Carteira:** Não haverá aumento do VaR ou da exposição aos principais fatores de risco, pois este ativo reforça a parcela defensiva da carteira e aumenta o percentual do portfólio com grande potencial de atingimento da meta; **Aderência com o Cenário Econômico:** Estratégia compatível com a manutenção de taxa Selic elevada e incertezas fiscais. O Comitê observou também, que o art. 7º V da carteira do IPRESV corresponde a 9,89% do total investido e que, de acordo com a Política de Investimentos, o objetivo ao final de 2026 é chegar a algo entre 15% e 20% aplicados nesta classe de ativos. Considerando que o valor total aplicado no fundo de vértice Caixa 2026 é correspondente a aproximadamente 7% da carteira, os membros concordaram, por unanimidade, em aplicar integralmente o valor de aproximadamente R\$ 35 milhões do fundo de vértice 2026, no fundo Caixa TOP RF Ref DI LP, CNPJ nº 19.769.018/0001-80. Decidido isto, os membros analisaram o vencimento da NTN-B 2026 e o pagamento de cupons e decidiram manter a estratégia aplicada desde 2023, onde todos os cupons de NTN-B e valores de títulos vencidos são reaplicados em novos títulos, com o intuito de finalizar 2026 com um total aproximado de 40% em NTN-B com vértices mais longos. A Sra. Thatiana questionou se não seria viável realocar um valor pequeno do Fundo Itaú Alocação Dinâmica para um fundo IMA-B5 para aproveitar os bons prêmios oferecidos nestes vértices de até 05 anos e a Sra. Carla lembrou que temos credenciado um fundo da Porto Seguro deste segmento. Após discussão, ficou decidido que a proposta será encaminhada ao Conselho de Administração e caso seja aprovada, o Comitê analisará um momento oportuno para o aporte. Ato contínuo, foi debatida a opção de Fundo imobiliário que foi apresentada a este Comitê pelo gestor de FII da Riza. Os membros analisaram a proposta de aplicação de R\$ 2.000.000,00 no FII Riza Malls RPPS, considerando sua compatibilidade com a Política de Investimentos, o estudo de ALM, a Resolução CMN nº 5.272/2025 e as práticas de gerenciamento de riscos previstas no Pró-Gestão RPPS. Verificou-se que o segmento de Fundos de Investimento Imobiliário representa atualmente cerca de 0,23% da carteira, percentual inferior à alocação objetivo de 1% estabelecida na Política de Investimentos, contribuindo a aplicação para o rebalanceamento gradual e diversificação da carteira. Na análise de riscos, concluiu-se que: **o Risco de Mercado** é compatível com a natureza do investimento e adequado ao horizonte de longo prazo do RPPS; **o Risco de Liquidez** mostra-se compatível com a parcela de recursos destinada ao segmento imobiliário; **o Risco de Crédito** foi considerado reduzido, em razão da estrutura patrimonial do fundo, qualidade dos ativos imobiliários e capacidade de geração de renda dos empreendimentos; **o Risco de Concentração** permanece controlado, considerando a baixa representatividade da aplicação no patrimônio total do Instituto; **o Risco Operacional e de Governança** foi considerado mitigado pela estrutura da gestora, do administrador fiduciário e dos mecanismos de controle e compliance; **o Risco Regulatório** foi considerado atendido, observando-se o enquadramento na Resolução CMN nº 5.272/2025, na Política de



Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de São Vicente

Investimentos e no Regulamento de Credenciamento do IPRESV; o **Risco de Vacância** também foi observado, analisando o fundo máster que é o Riza Malls que apresenta uma **baixa taxa de vacância** em seu portfólio de shoppings centers, registrando historicamente índices de ocupação que se mantêm acima de 92% nos principais ativos do fundo, conforme informações disponibilizadas pela gestora. E para finalizar, a **Análise Agregada da Carteira** demonstrou que a aplicação não provoca aumento relevante do risco consolidado do Instituto e contribui para ampliar a diversificação entre as classes de ativos. Diante dessas conclusões, o Comitê manifestou-se favoravelmente à realização da aplicação, por entender que a operação está alinhada aos princípios da prudência, diversificação e gestão de riscos. O Sr. Rubens alertou sobre o RDC do Sicoob que venceu no dia 11/05/2026 e o Sr. Paulo explicou que, em razão da cláusula contratual de renovação automática, o mesmo poderia continuar em carteira e que este papel continua rendendo acima da meta atuarial. O mesmo informou que, de acordo com o último extrato, o valor é de cerca de R\$ 3.350.000,00 com rendimento mensal de 97% do CDI. No entanto, o Sr. Marcelo sinalizou que as instituições S1 e S2 estão oferecendo papeis com rentabilidade de 100% do CDI e que, embora 97% do CDI fosse uma taxa atrativa para a época da aplicação, em 2023, hoje está abaixo do que os grandes bancos estão oferecendo. Sendo assim, considerando que a cooperativa Sicoob é classificada no segmento S2, o colegiado determinou que a Coordenadoria de Investimentos entrasse em contato com a Gerência de Investimentos do Sicoob, a fim de que fosse efetuado o resgate total desta aplicação e realocado em um novo RDC da mesma instituição com rentabilidade mínima de 100% do CDI, e caso a cooperativa não apresentasse novo RDC com uma rentabilidade comparada com o que está sendo ofertado pelo mercado, que fosse feito um levantamento entre as instituições S1 e S2 em busca do melhor retorno. Assim, ficou decidido pela aplicação do valor total de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) em um novo RDC Sicoob. **6 - Assuntos Gerais:** Foi elaborado pelos membros deste colegiado, ao longo deste mês, o novo regulamento de Credenciamento de Instituições Financeiras e Fundos de Investimentos que está foi aprovado, por unanimidade, nesta ata. Com a concordância de todos os membros e não havendo mais nada a tratar, a reunião foi interrompida por trinta minutos para elaboração desta ata, que achada conforme, segue assinada por todos os membros.

Marcelo Menegatti dos Santos Cruz
Presidente
CGINV II / DIRIG III / CPA-20

Paulo Brígido da Fonseca
CGINV III / DIRIG III

Thatiana Teixeira
CGINV I / DIRIG I

Rubens Romão Fagundes
CGINV II / DIRIG II

Carla Cozzetti
CGINV I / DIRIG II



COMITÊ DE INVESTIMENTOS

RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS E GESTÃO DE RISCOS

2º Trimestre/1º Semestre de 2026

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	2
2. CENÁRIO.....	2
3. RELATÓRIO ANALÍTICO DOS INVESTIMENTOS.....	2
4. APLICAÇÕES E RESGATES NO TRIMESTRE.....	4
5. TÍTULOS PÚBLICOS ADQUIRIDOS NO TRIMESTRE.....	4
6. RENTABILIDADE DA CARTEIRA NO TRIMESTRE.....	5
7. ANÁLISE DE LIQUIDEZ.....	5
8. ANÁLISE DE RISCO.....	6

1. Introdução:

O Comitê de Investimentos é o órgão responsável por orientar, acompanhar e deliberar sobre a aplicação dos recursos financeiros do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de São Vicente – IPRESV, observando os princípios da legalidade, segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, transparência e eficiência na gestão dos recursos previdenciários.

O presente Relatório Trimestral de Investimentos e Gestão de Riscos refere-se ao **2º trimestre de 2026 (abril a junho)** e tem por finalidade consolidar as principais análises realizadas pelo Comitê de Investimentos durante o período, tomando como base os Relatórios Mensais de Gestão de Investimentos, Análise de Riscos e Monitoramento da Carteira elaborados pela Coordenadoria de Investimentos, bem como os relatórios de cenário econômico e de acompanhamento emitidos pela consultoria de investimentos.

O objetivo deste relatório é apresentar uma visão consolidada da evolução da carteira no trimestre, destacando o comportamento dos diferentes segmentos de investimento, as decisões estratégicas adotadas pelo Comitê, a evolução dos indicadores de risco, da liquidez e da rentabilidade, bem como a aderência da carteira à Política de Investimentos e aos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025.

2. Cenário Econômico:

Anexo I – Relatório trimestral da LDB/I9 Advisory – (Consultoria de Investimentos).

3. Relatório Analítico dos Investimentos:

O segundo trimestre de 2026 foi marcado por significativa melhora no desempenho da carteira de investimentos do IPRESV. Após o encerramento do primeiro trimestre abaixo da meta atuarial, o Comitê de Investimentos optou por manter a estratégia definida na Política de Investimentos, preservando a elevada participação da renda fixa, a diversificação entre gestores e classes de ativos e a exposição moderada aos segmentos de renda variável, investimentos no exterior, investimentos estruturados e fundos imobiliários. Essa decisão mostrou-se adequada diante da evolução dos mercados ao longo do trimestre.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de São Vicente

No mês de **abril**, observou-se recuperação expressiva dos investimentos no exterior e dos investimentos estruturados, impulsionada principalmente pela valorização das bolsas norte-americanas, em especial das empresas de tecnologia, e pelo bom desempenho dos fundos multimercados com exposição internacional. A renda fixa também apresentou desempenho superior à meta atuarial, consolidando-se como principal fator de estabilidade da carteira. Ao final do mês, o patrimônio do Instituto apresentou uma rentabilidade de 2,08% para uma meta atuarial de 1,22%, atingindo **R\$ 466.373.444,33** e representando crescimento em relação ao encerramento do trimestre anterior.

Em **maio**, a renda fixa manteve desempenho consistente e continuou sendo a principal responsável pela geração de retorno da carteira. Apesar da forte queda do mercado acionário brasileiro, influenciada pela saída de capital estrangeiro da B3 e pela piora das expectativas econômicas, os investimentos no exterior e os investimentos estruturados registraram excelente desempenho, compensando parcialmente o resultado negativo da renda variável doméstica. Com isso, a carteira encerrou o mês com rentabilidade de **1,09%**, ligeiramente superior à meta atuarial do período (1,06%), alcançando patrimônio de **R\$ 474.618.135,49**.

No mês de **junho**, o ambiente de mercado apresentou menor volatilidade em comparação aos meses anteriores. A renda fixa permaneceu como principal fonte de retorno da carteira, enquanto os investimentos no exterior apresentaram comportamento mais estável e os investimentos estruturados registraram pequena realização de ganhos. Apesar da leve retração observada na renda variável e nos fundos multimercados, o desempenho consolidado permaneceu positivo, permitindo ao Instituto reverter o cenário do 1º trimestre e encerrar o 1º semestre acima da meta atuarial (6,12% X 6,11%) e patrimônio de **R\$ 476.338.276,41**, demonstrando a efetividade da estratégia de diversificação adotada pelo Comitê de Investimentos.

Ao longo do trimestre, a carteira permaneceu amplamente concentrada em ativos de renda fixa, compatíveis com a natureza previdenciária dos recursos administrados, ao mesmo tempo em que manteve exposição controlada aos segmentos de maior risco, contribuindo para ampliar as fontes de retorno e reduzir a dependência de um único fator de mercado. As análises mensais evidenciaram adequada distribuição entre gestores, estratégias e classes de ativos, preservando a liquidez necessária ao cumprimento das obrigações previdenciárias e mantendo os investimentos aderentes à Política de Investimentos e aos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025.

3.1 Evolução no Trimestre:

Indicador	Abril	Maio	Junho
Patrimônio	R\$ 466,37 mi	R\$ 474,62 mi	R\$ 476,34 mi
Rentabilidade	2,08%	1,09%	0,64%
Meta Atuarial	1,22%	1,06%	0,57%
Resultado	0,86	0,03	0,07

4. Aplicações e Resgates em Fundos de Investimentos no Trimestre:

Obs: Considerando que diariamente são efetuados resgates e aplicações cotidianas nos fundos Itaú Soberano e Itaú Alocação Dinâmica para pagamento de contas e recebimento de repasse, estas movimentações não estão descritas abaixo. Este quadro demonstra as aplicações e resgates referentes às estratégias de investimentos do Comitê.

Data	Ativo	Aplicação	Resgate
25/06/2026	XP Infra Feeder	R\$ 264.000,00	
30/06/2026	Kinea Equity Infra	R\$ 341.586,53	

Durante o trimestre não foram realizadas alterações estratégicas relevantes na carteira, mantendo-se a política de investimentos aprovada pelo Conselho de Administração, exceto pelas movimentações descritas acima.

5. Títulos públicos e Papeis de Instituições Financeiras Adquiridos no Trimestre:

Ativo	Intermediário	Custodiante	Valor	Taxa	Vencimento
NÃO HOUVE					

6. Aplicações com melhores rendimentos, por segmento, no 1º semestre de 2026:

Renda Fixa:

Fundo Caixa Brasil Vértice 2026 = 8,39%

Letra Financeira BRB – 7,56%

Renda Variável (Ações):

Bradesco Dividendos = 7,09%

SPX Apache = 6,28%

Investimentos no Exterior:

Somma Robótica = 13,80%

Investimentos Estruturados:

Rio Bravo Multimercado = 20,51

7. Rentabilidade da carteira no 2º trimestre:

Ano: 2026	Abr	Mai	Jun	Acumulado
Carteira IPRESV	2,08%	1,09%	0,64%	6,12%
INPC + 5,27% (Meta)	1,22%	1,06%	0,57%	6,11%
Diferença	0,86%	0,03%	0,07%	0,01%

8. Análise de Liquidez da Carteira:

PERÍODO	VALOR	(%)
De 0 a 30 dias	R\$ 196.988.193,37	41,35
De 31 a 365 dias	R\$ 88.788.609,95	18,64
Acima de 365 dias	R\$ 190.561.473,09	40,01
Total	R\$ 476.338.276,41	100,00

O Estudo de ALM realizado em outubro de 2025 demonstra que o IPRESV possui capacidade financeira e atuarial para adquirir ativos de vértices longos, 2030, 2035, 2045 e 2050, comprometendo até 60,53% da carteira (Títulos Públicos > 46,24%, IPCA > 13,13 e Pré-Fixados > 1,16%), portanto, o portfólio do IPRESV ainda tem espaço para novos lotes de Títulos Públicos e papéis de instituições financeiras com vencimentos acima de 365 dias.

A estrutura de liquidez permanece compatível com as necessidades financeiras do Instituto, assegurando recursos suficientes para o pagamento dos benefícios previdenciários e permitindo, simultaneamente, a manutenção de investimentos com horizonte de longo prazo compatível com o perfil atuarial do RPPS.

9. Análise de Risco da Carteira (Definições):

O Comitê de Investimentos do IPRESV utiliza-se de diversas ferramentas para medir os riscos de suas aplicações, são elas:

Risco Agregado por Segmento - É a soma dos riscos dos ativos de um mesmo segmento, por exemplo: Na renda fixa temos os Títulos Públicos, papéis de Instituições financeiras e fundos CDI. É uma avaliação do risco apenas deste grupo de ativos. Essa análise é efetuada considerando cada artigo da resolução CMN.

A avaliação do risco agregado por segmento é uma ferramenta essencial para o gerenciamento de riscos da carteira, permitindo que o gestor monitore e controle os diferentes tipos de risco para ajustar ou rebalancear seus ativos.

Value-At-Risk (VaR) - Consiste em uma métrica estatística que quantifica a perda potencial máxima que um ativo pode sofrer em um determinado período de tempo, com um certo nível de confiança.

Rating e Probabilidade de Default (PD) - Rating é uma nota de crédito atribuída por agências especializadas a uma instituição financeira, após uma avaliação da capacidade de honrar suas dívidas no prazo, eliminando ou mitigando o risco de inadimplência (default). A probabilidade de default é a chance de essa instituição não conseguir cumprir com seus compromissos. Assim sendo, quanto maior o rating, menor a probabilidade de default.

Risco Ponderado - É o risco individual de um segmento multiplicado por sua participação na carteira. Desta maneira o gestor consegue identificar quanto cada segmento contribui para o risco total do portfólio e assim é definido o Risco Ponderado total. E para definirmos o nível de risco da carteira devemos considerar que se estiver concentrado em segmentos com maior volatilidade, o risco total tende a aumentar; por outro lado, quanto mais distribuída estiver entre classes com baixa correlação, menor será o risco agregado ao portfólio.

Além destas ferramentas, com auxílio de Inteligência Artificial e com o objetivo de aprimorar o controle e a transparência na gestão da carteira de investimentos do RPPS, o Comitê de Investimentos desenvolveu uma metodologia própria de Análise Qualitativa Integrada de Risco por Classe de Ativo, com base em critérios de risco de mercado, crédito e liquidez. Cada classe foi avaliada em uma escala de 1 (risco muito baixo) a 5 (risco muito alto), considerando as características estruturais dos ativos e sua sensibilidade a fatores externos. Essa classificação permite ao Comitê conhecer o perfil de risco da carteira de forma didática e comparativa, subsidiando decisões estratégicas de alocação e controle de riscos.

Em adição a estas ferramentas, todos os ativos ou fundos que compõem a carteira do IPRESV são devidamente credenciados e os emissores, gestores ou administradores devem constar na lista exaustiva da Secretaria de Regimes Próprios e Complementares do Ministério da Previdência.

Com relação aos papéis de emissão das instituições financeiras (CDB, RDC ou LF) a análise é ainda mais criteriosa, onde são verificados alguns fatores adicionais, tais como:

Saúde Financeira da Instituição - É avaliada a solidez do banco emissor, observando como métrica alguns indicadores:

- 1) Índice de Basiléia – Este é o principal indicador de solvência, onde é medida a relação entre o capital próprio do banco e o risco de seus ativos (empréstimos/investimentos), garantido que bancos tenham reservas para cobrir perdas inesperadas.

Quanto maior o índice, mais capitalizado o banco está para absorver eventuais prejuízos. No Brasil o mínimo exigido é 10,5%, porém nos sentimos confortáveis com índices acima de 14%.

- 2) Lucratividade e Retorno sobre o PL (ROE) – Mede a eficiência de uma empresa em gerar lucro a partir dos recursos próprios dos acionistas. Um histórico consistente de lucro indica uma gestão eficiente e sustentável. Um ROE satisfatório para o BC é acima de 15% e acima de 20% já é considerado excelente. São essas métricas que utilizamos.
- 3) Nível de Inadimplência da Instituição – Bancos com nível de inadimplência acima da média ou crescente são vetados de aplicações pelo Comitê de investimentos do IPRESV. Uma inadimplência abaixo de 5% é considerada alinhada com o Sistema Financeiro Nacional.

Diversificação – O limite definido no Regimento Interno do Comitê de Investimentos para aquisição de papéis emitidos por uma única instituição financeira é de 5% (cinco por cento), podendo ultrapassar este percentual apenas por motivo de valorização do papel depois de adquirido (desenquadramento passivo).

Comparativo Título Público X Título Privado – Anteriormente a todas essas etapas, a aquisição de papel emitido por instituição financeira só será analisada, caso a taxa de retorno (rentabilidade) ofertada for, significativamente, mais vantajosa que as taxas das NTN-B com mesmo vencimento.

9.1 Value-At-Risk (VaR) - Horizonte 21 dias/Nível de Confiança 95%:
(Base – Junho 2026)

TIPO DE ATIVO	RISCO
Renda Fixa	0,51%
Renda Variável	7,14%
Investimentos no Exterior	9,59%
Investimentos Estruturados (Multimercados e FIPs)	5,58%
Fundos imobiliários	1,90%
Total	1,48%

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de São Vicente

A relação risco/retorno da carteira continua bem segura, onde o VaR apresentou uma redução de 1,95% no encerramento do 1º trimestre de 2026 para 1,48% neste trimestre. Essa redução deve-se ao aumento de exposição em renda fixa.

De acordo com o previsto na Política de Investimentos, os limites de risco com base no VaR são de 5% (cinco por cento) para a renda fixa e 20% (vinte por cento) para a renda variável, portanto, o nível de exposição a riscos da carteira do IPRESV está bem aquém do limite aceitável.

9.2 Análise Qualitativa de Risco e Risco Ponderado:

SEGMENTO	ÍNDICE DE RISCO (1-5)	% DA CARTEIRA	RISCO PONDERADO
Art. 7º I - Fundos e ETFs 100% Títulos Públicos	1	16,49	0,1649
Art. 7º III - Títulos do Tesouro Nacional	1	34,44	0,3444
Art. 7º V - Fundos ou ETFs de Renda Fixa	2	9,89	0,1978
Art. 7º VI - Ativos de Renda Fixa (Inst. Financeiras)	2	10,19	0,2038
Art. 7º VI - Crédito Privado	3	3,91	0,1173
Art. 8º I - Fundos de Ações	5	8,14	0,407
Art. 8º III - Fundos de Ações - BDR	5	0,59	0,0295
Art. 9º II - Investimentos no Exterior	4	3,43	0,1372
Art. 10º I - Multimercados	4	11,54	0,4616
Art. 10º III - FIPs	5	1,15	0,0575
Art. 11 - Fundos Imobiliários	3	0,23	0,0069
TOTAL		100	2,1200

Assim sendo, a carteira de investimentos do IPRESV apresentou um Risco Ponderado de **2,12**, mantendo-se em um nível equilibrado, bem próximo do conservador, em virtude da maior exposição a ativos de renda fixa com menor risco.

9.3 Análise de Risco Agregado:

A tabela abaixo resume os principais riscos predominantes em cada classe de ativos da carteira, permitindo ao Comitê identificar de forma rápida as fontes de risco e adotar medidas de mitigação quando necessário.

TIPO DE ATIVO	RISCOS EXPOSTOS
Títulos do Tesouro Direto	Risco de Mercado (quase nulo - soberano)
Fundos 100% T.P.	Risco de Mercado e Crédito (baixíssimo)
Fundos de Renda Fixa	Risco de Crédito e de Mercado (baixo)
Ativos de Renda Fixa	Risco de Crédito e Liquidez (baixo)
Renda Variável (Ações)	Risco de Mercado (elevado)
Exterior e BDR Nível I	Risco de Mercado e Liquidez (alto)
Multimercados	Risco de Mercado, Crédito e Liquidez (médio)
Fundos de Participações (FIP)	Risco de Liquidez e Crédito (elevado)
Fundos Imobiliários	Risco de Mercado e Liquidez (médio)

Após análise dos relatórios mensais elaborados pela Coordenadoria de Investimentos, dos indicadores de rentabilidade, liquidez, risco e enquadramento legal, o Comitê conclui que a carteira de investimentos do IPRESV permaneceu aderente à Política de Investimentos e aos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025 durante o segundo trimestre de 2026. A estratégia adotada mostrou-se adequada para o cenário econômico observado no período, permitindo que o Instituto encerrasse o primeiro semestre ligeiramente acima da meta atuarial, preservando elevado nível de liquidez, adequada diversificação entre segmentos e controle dos riscos da carteira. Diante das análises realizadas, o Comitê entende que a estratégia permanece consistente com os objetivos previdenciários do Instituto, sem necessidade de alterações extraordinárias naquele momento.

Ressaltamos que todas as movimentações financeiras dos recursos do IPRESV aqui descritas, tanto as aplicações como os resgates foram aprovadas pelo Comitê de investimentos, com base na Política de Investimentos previamente aprovada pelo Conselho de Administração.

Este relatório é parte integrante da Ata da **53ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos, realizada no dia 21/07/2026.**



Relatório Macroeconômico

1º Semestre 2026

Eventos Relevantes de 2026

Janeiro

21/01 Audiência da diretora do FED Lisa Cook.
28/01 Reunião do FOMC para decisão de juros
Resultado = manutenção em 3,5%-3,75% a.a..
28/01 Reunião do Copom para decisão de juros.
Resultado = manutenção em 15% a.a..
31/01 Fim do financiamento temporário de gastos nos EUA

Fevereiro

05/02 Reunião do BCE para decisão de juros
Resultado = manutenção das taxas

Março

08/03 Eleições Legislativas na Colômbia.
18/03 Reunião do FOMC para decisão de juros
18/03 Reunião do Copom para decisão de juros.
19/03 Reunião do BCE para decisão de juros
23/03 Relatório Bimestral de Receitas e Despesas.

Abril

02/04 Primeiro Turno das Eleições Presidenciais e Eleições Legislativas no Peru.
04/04 Prazo final para filiação partidária, mudança de domicílio eleitoral e para presidente, governadores e prefeitos saírem dos cargos para concorrer a outras funções.
29/04 Reunião do FOMC para decisão de juros
29/04 Reunião do Copom para decisão de juros.
30/04 Reunião do BCE para decisão de juros

Maio

01/05 Troca dos presidentes de FEDs regionais que votam nas decisões de juros.
15/05 Posse do novo presidente do FED
22/05 Relatório Bimestral de Receitas e Despesas.
31/05 Primeiro Turno das Eleições Presidenciais na Colômbia.

Junho

07/06 Segundo Turno das Eleições Presidenciais no Peru.
11/04 Reunião do BCE para decisão de juros
17/06 Reunião do FOMC para decisão de juros
17/06 Reunião do Copom para decisão de juros.
21/06 Segundo Turno das Eleições Presidenciais na Colômbia.
Expectativa do fim do julgamento das tarifas de importação dos EUA.

Julho

20/07 Início do período destinado às convenções partidárias e à definição de candidaturas para a eleição.
20/07 Início do prazo para protocolar os pedidos de registro de candidatura na Justiça Eleitoral.
22/07 Relatório Bimestral de Receitas e Despesas.
23/07 Reunião do BCE para decisão de juros
29/07 Reunião do FOMC para decisão de juros

Agosto

05/08 Fim do período destinado às convenções partidárias e à definição de candidaturas para a eleição.
05/08 Reunião do Copom para decisão de juros.
15/08 Fim do prazo para protocolar os pedidos de registro de candidatura na Justiça Eleitoral.
16/08 Início da propaganda eleitoral.

Setembro

10/09 Reunião do BCE para decisão de juros
16/09 Reunião do FOMC para decisão de juros
16/09 Reunião do Copom para decisão de juros.
22/09 Relatório Bimestral de Receitas e Despesas.
30/09 Fim do financiamento temporário de gastos nos EUA

Outubro

04/10 Primeiro Turno das Eleições Presidenciais no Brasil.
25/10 Segundo Turno das Eleições Presidenciais no Brasil.
28/10 Reunião do FOMC para decisão de juros
29/10 Reunião do BCE para decisão de juros

Novembro

03/11 Eleições legislativas nos EUA
04/11 Reunião do Copom para decisão de juros.
23/11 Relatório Bimestral de Receitas e Despesas.

Dezembro

09/12 Reunião do FOMC para decisão de juros
09/12 Reunião do Copom para decisão de juros.
17/12 Reunião do BCE para decisão de juros

Choque de energia, inflação persistente e bancos centrais mais cautelosos

O 1º semestre de 2026 foi marcado por aumento relevante da complexidade do cenário macroeconômico global. O período começou com atividade mais resiliente do que o esperado nas principais economias, inflação ainda acima das metas e bancos centrais avaliando cuidadosamente o espaço para flexibilização monetária. A escalada do conflito no Oriente Médio adicionou um choque de oferta relevante via energia, elevando a volatilidade dos mercados, pressionando custos e dificultando a condução da política monetária global.

Ao longo do semestre, o choque energético passou por três fases distintas. Inicialmente, foi tratado como risco temporário, com impacto concentrado na inflação cheia e nos preços de energia. Em seguida, sua persistência aumentou a preocupação com efeitos de segunda ordem sobre núcleos, salários e expectativas, reduzindo o espaço para cortes de juros e recolocando cenários de aperto no radar de alguns bancos centrais. No fim do semestre, a redução das tensões no Oriente Médio e o retorno do petróleo a níveis próximos aos pré-conflito removeram parte dos riscos de um choque energético global mais duradouro, deslocando o foco para a persistência inflacionária subjacente e para a mudança nas funções de reação das autoridades monetárias.

Nos Estados Unidos, a economia manteve crescimento resiliente ao longo do semestre, inicialmente sustentada pelo consumo e por um mercado de trabalho de baixa rotatividade, e posteriormente por investimentos ligados à inteligência artificial, impulso fiscal e condições financeiras ainda favoráveis. A inflação, porém, permaneceu acima da meta, com pressões associadas a tarifas, custos de insumos, energia e serviços. O Federal Reserve manteve os juros em 3,50%–3,75% a.a. no período, mas sua comunicação evoluiu de uma postura de “wait-and-see” para um regime mais restritivo, no qual a possibilidade de cortes perdeu força e a manutenção, ou mesmo eventual alta, passou a ganhar relevância.

Na Área do Euro, o semestre combinou crescimento modesto, maior sensibilidade ao choque energético e deterioração temporária da inflação. A região iniciou o ano ainda em expansão moderada, mas com fragilidade crescente, especialmente pela dependência de importações de gás e petróleo. No segundo trimestre, o quadro passou a se aproximar de um estagflação leve, com enfraquecimento da atividade e reaceleração inflacionária, sobretudo em serviços. Após a alta de juros pelo BCE em junho, a melhora parcial dos dados de inflação e a dissipação do choque de energia reduziram a urgência de novos apertos, deslocando o debate para a duração da manutenção dos juros em patamar restritivo.

Na China, observou-se melhora cíclica no início do ano, impulsionada por exportações e indústria, mas o crescimento permaneceu estruturalmente desequilibrado, com consumo fraco, mercado de trabalho pressionado e fragilidade persistente do setor imobiliário. Ao longo do segundo trimestre, a atividade continuou sustentada por investimento industrial, exportações e setores ligados à tecnologia e inteligência artificial, enquanto a inflação permaneceu benigna, limitada pelo excesso de capacidade e pela dificuldade de repasse de custos ao consumidor.

No Brasil, o semestre foi caracterizado por surpresas na atividade e deterioração do quadro inflacionário. A resiliência do mercado de trabalho, o crescimento real dos salários e a recuperação da indústria sustentaram desempenho mais forte no início do ano. No segundo trimestre, o PIB do 1T26 confirmou aceleração da absorção doméstica, o desemprego permaneceu próximo da mínima histórica e a inflação acumulada em 12 meses ultrapassou o teto da meta. O Copom iniciou o ciclo de calibragem com cortes graduais, mas a combinação de hiato positivo, expectativas desancoradas, inflação elevada e estímulo fiscal tornou o espaço para flexibilização adicional cada vez mais limitado.

Estados Unidos: resiliência da atividade e Fed mais restritivo

A economia americana atravessou o semestre com desempenho resiliente, embora com mudança relevante na composição do crescimento. No início do ano, o consumo das famílias permaneceu robusto, apoiado por fundamentos ainda favoráveis de renda e por estímulos tributários defasados. O mercado de trabalho seguiu apertado, com baixa taxa de demissões, contratações moderadas e desaceleração do crescimento da força de trabalho, associada a fatores demográficos e restrições migratórias.

Ao longo do segundo trimestre, os investimentos ligados à inteligência artificial ganharam protagonismo como motor da expansão. O PIB do 1T26 foi revisado para 1,6% t/t anualizado, com mudança qualitativa relevante: investimentos substituíram parcialmente o consumo das famílias como principal vetor de crescimento, enquanto a queda da taxa de poupança e a redução da renda real disponível sinalizaram menor fôlego prospectivo para o consumo.

O mercado de trabalho manteve sinais de firmeza, apesar da moderação na criação líquida de vagas. Em junho, a economia criou 57 mil postos, abaixo do consenso, mas a taxa de desemprego recuou para 4,2%, ainda próxima das estimativas de equilíbrio do Fed. A dinâmica permaneceu caracterizada por baixo nível de demissões, vagas em aberto em patamar elevado e melhora gradual nas intenções de contratação.

A inflação foi o principal fator de restrição à política monetária ao longo do semestre. No primeiro trimestre, as pressões refletiam tarifas comerciais, custos de insumos e o choque de energia, que adicionou viés estagflacionário ao cenário ao elevar a inflação cheia e comprimir a renda real das famílias. No segundo trimestre, mesmo com a dissipação parcial do choque energético, a inflação subjacente permaneceu elevada, com PCE cheio em 3,8% a/a e núcleo em 3,3% a/a, bem acima da meta de 2%.

Nesse ambiente, a função de reação do Federal Reserve tornou-se progressivamente mais restritiva. No início do semestre, o Comitê mantinha estratégia de "wait-and-see", avaliando cortes apenas diante de evidências mais claras de convergência da inflação. Com a persistência inflacionária, o choque de energia e a resiliência da atividade, a probabilidade de cortes foi gradualmente reduzida. Ao fim do semestre, o Fed retirou formalmente o viés de afrouxamento, e as projeções passaram a indicar um regime de manutenção ou eventual alta de juros.

Zona do Euro: crescimento frágil, choque energético e BCE em modo restritivo

A Área do Euro iniciou o semestre em trajetória de crescimento moderado, mas com sinais crescentes de fragilidade. A região mostrou-se particularmente sensível ao choque energético global, dada sua elevada dependência de importações de gás, petróleo e derivados. Esse contexto elevou os riscos inflacionários e aumentou a cautela do Banco Central Europeu.

No primeiro trimestre, os indicadores de atividade ainda apontavam expansão, com alguma melhora na indústria. No entanto, a leitura qualitativa era menos construtiva: parte do avanço manufatureiro refletia efeitos técnicos relacionados a prazos de entrega mais longos e recomposição de estoques, enquanto a demanda final permanecia moderada. Ao mesmo tempo, empresas passaram a operar em modo mais defensivo, com pressão sobre margens, postergação de investimentos e redução de contratações.

No segundo trimestre, o quadro se deteriorou. O PMI composto permaneceu em território contracionista pelo segundo mês consecutivo em maio, enquanto a inflação reacelerou de forma disseminada. A fraqueza concentrou-se principalmente no setor de serviços, enquanto a indústria manteve algum grau de resiliência, embora com baixa qualidade, refletindo antecipação de produção, estoques e proteção contra os choques de custos.

A inflação evoluiu em duas etapas. Inicialmente, a aceleração esteve concentrada na energia, com núcleo ainda relativamente contido, padrão típico de choques de oferta. Posteriormente, a inflação de serviços passou a preocupar mais, avançando de 3,0% para 3,5% a/a, sinalizando disseminação parcial das pressões para além da energia. No fim do semestre, a inflação de serviços surpreendeu para baixo, reduzindo os riscos de efeitos de segunda ordem semelhantes aos observados em 2022–2023.

Diante desse trade-off entre inflação acima da meta e atividade fraca, o BCE elevou juros em junho. Após a alta, o debate migrou rapidamente de “quanto apertar” para “por quanto tempo manter” a política monetária em território restritivo. A postura esperada tornou-se mais paciente, com foco na evolução de salários, expectativas de inflação e persistência dos núcleos.

China: recuperação cíclica com crescimento ainda desequilibrado

A economia chinesa apresentou melhora cíclica no início de 2026, impulsionada por exportações, produção industrial e recuperação dos PMIs após a fraqueza observada no fim de 2025. O governo estabeleceu meta de crescimento entre 4,5% e 5,0% para o ano, a mais baixa em mais de três décadas, sinalizando maior tolerância das autoridades a um ritmo estruturalmente mais moderado de expansão.

Apesar da melhora de curto prazo, o crescimento permaneceu desequilibrado ao longo do semestre. A expansão continuou dependente do setor externo, do investimento industrial e de setores estratégicos, como semicondutores, inteligência artificial, biotecnologia e novas tecnologias de comunicação. A ausência de um grande pacote de estímulo à renda das famílias manteve o consumo doméstico como elo fraco da recuperação.

No segundo trimestre, a atividade permaneceu resiliente, sustentada por investimento industrial, exportações e segmentos ligados à inteligência artificial. A demanda externa continuou desempenhando papel relevante, enquanto a redução das tensões comerciais entre Estados Unidos e China diminuiu a urgência de estímulos adicionais no curto prazo.

O setor imobiliário permaneceu como principal vetor negativo. A crise prolongada continuou afetando investimento, confiança das famílias, riqueza imobiliária e demanda por bens duráveis. A fraqueza do mercado de trabalho e do consumo limitou a transmissão da melhora industrial para a demanda doméstica ampla.

A inflação permaneceu benigna ao longo do semestre. O excesso de capacidade, a competição intensa e a dificuldade de repasse de custos mantiveram o CPI baixo, enquanto pressões no PPI sugeriram compressão de margens em setores próximos ao consumidor final. Esse ambiente preserva espaço para políticas monetária e fiscal acomodatórias, caso a atividade perca tração no segundo semestre.

Brasil: atividade forte, inflação acima do teto e Selic próxima do fim do ciclo

A economia brasileira surpreendeu positivamente ao longo do semestre. No início do ano, a resiliência do mercado de trabalho, o crescimento real dos salários e a recuperação da indústria sustentaram um desempenho mais

forte da atividade. No segundo trimestre, a divulgação do PIB do 1T26 confirmou crescimento de 1,1% t/t, com recuperação disseminada da absorção doméstica e contribuição relevante de setores cíclicos.

O mercado de trabalho permaneceu apertado durante todo o semestre. A taxa de desemprego ficou próxima da mínima histórica, enquanto os salários reais continuaram crescendo acima da produtividade. Essa dinâmica sustentou renda e consumo, mas também reforçou pressões sobre a inflação de serviços. Em maio, o Caged mostrou desaceleração na criação de vagas, mas sem evidência suficiente de enfraquecimento relevante do mercado de trabalho.

A inflação deteriorou-se de forma consistente. No primeiro trimestre, o IPCA voltou a acelerar, com pressões relevantes em serviços, alimentos e riscos adicionais associados ao repasse do choque de energia. No segundo trimestre, o IPCA acumulado em 12 meses ultrapassou o teto da meta, enquanto a média dos núcleos permaneceu em patamar elevado. Embora o IPCA de junho tenha apresentado composição marginalmente mais benigna, com alívio em alimentação e combustíveis, os riscos seguiram concentrados para cima por conta de mercado de trabalho apertado, El Niño, câmbio e estímulos fiscais.

O quadro fiscal permaneceu frágil. A forte expansão de despesas no primeiro semestre pressionou a percepção de risco, com déficits primários relevantes e alta da dívida pública. Em maio, o Setor Público Consolidado registrou déficit primário de R\$ 56,1 bilhões, e o déficit acumulado em 12 meses atingiu R\$ 149 bilhões, equivalente a -1,14% do PIB. A dívida líquida subiu para 67,9% do PIB, enquanto a dívida bruta avançou para 81,1% do PIB.

No setor externo, os dados foram relativamente mais construtivos. O déficit em conta corrente em 12 meses recuou para US\$ 64,1 bilhões, enquanto o investimento estrangeiro avançou para US\$ 83,3 bilhões, ou 3,38% do PIB. A balança comercial seguiu favorecida por exportações de petróleo, embora as importações permanecessem resilientes diante da atividade doméstica aquecida.

Na política monetária, o Copom iniciou o semestre com postura cautelosa e avançou em cortes graduais de 25 pontos-base, levando a Selic para 14,25% a.a. em junho. No entanto, a comunicação tornou-se progressivamente mais desconfortável. O Banco Central reconheceu inflação cheia e núcleos acima do limite superior, expectativas em deterioração, hiato positivo e revisão altista do crescimento. O balanço de riscos passou a ser caracterizado por assimetria altista, enquanto a probabilidade de a inflação superar o teto em 2026 subiu de forma relevante.

Diante desse conjunto, o ciclo de calibragem se aproxima do fim. Embora não se possa descartar ajuste residual, os fundamentos tornam menos sustentável a continuidade da flexibilização: atividade resiliente, mercado de trabalho apertado, salários reais acima da produtividade, inflação acima do teto, expectativas desancoradas e política fiscal expansionista.

Tabela 1: Indicadores Financeiros (janelas acumuladas até junho de 2026)

ÍNDICES	SEMESTRE	ANO	12 M	24 M	36 M	48 M	60 M
CDI	6,85%	6,85%	14,78%	28,70%	43,75%	63,22%	77,34%
IMA-S	6,95%	6,95%	14,99%	29,25%	44,56%	64,51%	79,72%
IDA-DI (CRÉDITO PRIVADO)	7,09%	7,09%	14,92%	30,71%	51,56%	69,50%	88,36%
IMA-B	4,08%	4,08%	8,26%	16,19%	19,75%	35,94%	41,08%
IRF-M	5,06%	5,06%	12,12%	24,62%	34,45%	56,96%	59,72%
DÓLAR	-5,92%	-5,92%	-5,14%	-6,88%	7,42%	-1,17%	3,49%
IBOVESPA (AÇÕES BRASIL)	6,76%	6,76%	23,89%	38,83%	45,68%	74,57%	35,66%
MSCI WORLD em R\$	2,47%	2,47%	13,69%	27,96%	74,72%	87,30%	65,51%
NASDAQ em R\$	6,11%	6,11%	22,07%	37,66%	104,22%	134,90%	87,04%
S&P 500 em R\$	3,07%	3,07%	14,65%	27,89%	81,01%	95,79%	80,59%
MSCI WORLD (Moeda original)	8,92%	8,92%	19,85%	37,41%	62,65%	89,52%	59,93%
NASDAQ (Moeda original)	12,79%	12,79%	28,69%	47,83%	90,12%	137,69%	80,74%
S&P 500 (Moeda original)	9,55%	9,55%	20,86%	37,34%	68,51%	98,11%	74,51%

Fonte: Quantum. Elaboração: Backoffice i9.

Tabela 2: Indicadores Financeiros (janelas mensais - últimos 12 meses)

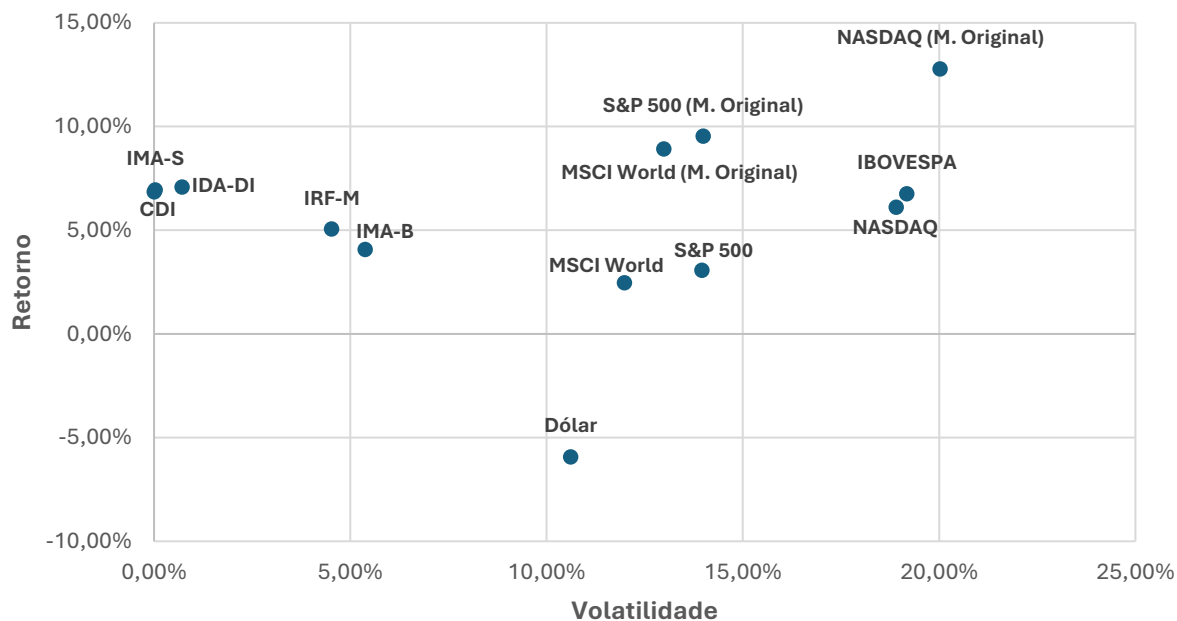
	2025						2026					
	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
CDI	1,28%	1,16%	1,22%	1,28%	1,05%	1,22%	1,16%	1,00%	1,21%	1,09%	1,07%	1,12%
IMA-S	1,30%	1,17%	1,24%	1,29%	1,06%	1,23%	1,18%	1,01%	1,27%	1,09%	1,09%	1,12%
IDA-DI (CRÉDITO PRIVADO)	1,42%	1,10%	1,19%	1,08%	1,10%	1,21%	1,36%	0,79%	0,46%	1,23%	1,82%	1,23%
IMA-B	-0,79%	0,84%	0,54%	1,05%	2,04%	0,31%	1,00%	1,79%	0,17%	1,81%	0,31%	-1,04%
IRF-M	0,29%	1,66%	1,26%	1,37%	1,67%	0,30%	1,96%	0,99%	-0,59%	1,24%	0,68%	0,69%
DÓLAR	2,66%	-3,14%	-1,99%	1,24%	-0,94%	3,16%	-4,95%	-1,54%	1,36%	-4,42%	1,37%	2,37%
IBOVESPA (AÇÕES BRASIL)	-4,17%	6,28%	3,40%	2,26%	6,37%	1,29%	12,56%	4,09%	-0,70%	-0,08%	-7,22%	-1,01%
MSCI WORLD em R\$	3,92%	-0,72%	1,04%	3,20%	-0,76%	3,91%	-2,86%	-0,91%	-5,28%	4,61%	5,80%	1,54%
NASDAQ em R\$	6,45%	-1,61%	3,52%	5,99%	-2,44%	2,61%	-4,05%	-4,87%	-3,46%	10,19%	9,84%	-0,51%
S&P 500 em R\$	4,88%	-1,29%	1,48%	3,53%	-0,81%	3,11%	-3,65%	-2,39%	-3,80%	5,54%	6,59%	1,28%
MSCI WORLD (Moeda original)	1,23%	2,49%	3,09%	1,94%	0,18%	0,73%	2,19%	0,64%	-6,55%	9,45%	4,37%	-0,80%
NASDAQ (Moeda original)	3,70%	1,58%	5,61%	4,70%	-1,51%	-0,53%	0,95%	-3,38%	-4,75%	15,29%	8,36%	-2,81%
S&P 500 (Moeda original)	2,17%	1,91%	3,53%	2,27%	0,13%	-0,05%	1,37%	-0,87%	-5,09%	10,42%	5,15%	-1,06%

Fonte: Quantum. Elaboração: Backoffice i9.

Tabela e Gráfico (Risco x Retorno): Desempenho Indicadores Financeiros - 1º Semestre

Índices	Retorno	Volatilidade (Anualizada)
NASDAQ (Moeda Original)	12,79%	20,03%
S&P 500 (Moeda Original)	9,55%	13,99%
MSCI World (Moeda Original)	8,92%	12,99%
IDA-DI (CRÉDITO PRIVADO)	7,09%	0,72%
IMA-S	6,95%	0,03%
CDI	6,85%	0,01%
IBOVESPA (AÇÕES BRASIL)	6,76%	19,18%
NASDAQ em R\$	6,11%	18,91%
IRF-M	5,06%	4,53%
IMA-B	4,08%	5,38%
S&P 500 em R\$	3,07%	13,96%
MSCI World em R\$	2,47%	11,99%
Dólar	-5,92%	10,62%

Desempenho no Semestre



Fonte: Quantum. Elaboração: Backoffice i9.

DISCLAIMER

A presente Nota Macroeconômica ("Nota") foi elaborada pelo economista-chefe da i9 Advisory e não se configura como um relatório de análise para fins de Resolução CVM nº 20, de 25 de fevereiro de 2021. Neste sentido, a Nota reflete única e exclusivamente as opiniões do economista-chefe em relação ao conteúdo apresentado.

O objetivo meramente informativo da Nota não deverá ser interpretado como uma oferta ou solicitação de oferta para aquisição de valores mobiliários ou a venda de qualquer instrumento financeiro. Este material não leva em consideração os objetivos, planejamento estratégico, situação financeira ou necessidades específicas de qualquer investidor em particular.

Destacamos que as informações contidas na Nota foram obtidas por meio de fontes públicas consideradas seguras e confiáveis na data em que o material foi divulgado. Entretanto, apesar da diligência na obtenção das informações apresentadas, as projeções e estimativas contidas na Nota não devem ser interpretadas como garantia de performance futura pois estão sujeitas a riscos e incertezas que podem ou não se concretizar. Neste sentido, não apresentamos nenhuma garantia acerca da confiabilidade, exatidão, integridade ou completude (expressas ou não) dessas mesmas informações abordadas.

A i9 Advisory não se obriga em publicar qualquer revisão ou atualizar referidas projeções e estimativas frente a eventos ou circunstâncias que venham a ocorrer após a data deste documento. Ademais, ao acessar o presente material, o interessado compreende dos riscos relativos ao cenário macroeconômico abordado nesta Nota.

Por último, a i9 Advisory e/ou qualquer outra empresa de seu grupo econômico não se responsabiliza por qualquer decisão do investidor que forem tomados com base nas informações aqui divulgadas, nem por ato praticado por profissionais por ele consultados e tampouco pela publicação acidental de informações incorretas. A i9Advisory informa que potenciais investidores devem buscar aconselhamento financeiro profissional sobre a adequação do investimento em valores mobiliários ou outros investimentos e estratégias discutidas



FUNDOS / FIC DE FI CAIXA TOP RF REF DI LP



FIC DE FI CAIXA TOP RF REF DI LP
19.769.018/0001-80

RESUMO

RENTABILIDADE

PATRIMÔNIO



PATRIMÔNIO LÍQUIDO

R\$ 14,08 B

RENTABILIDADE (12M)

14,59%

RENTABILIDADE (24M)

28,95%

VOLATILIDADE (12M)

323,22%

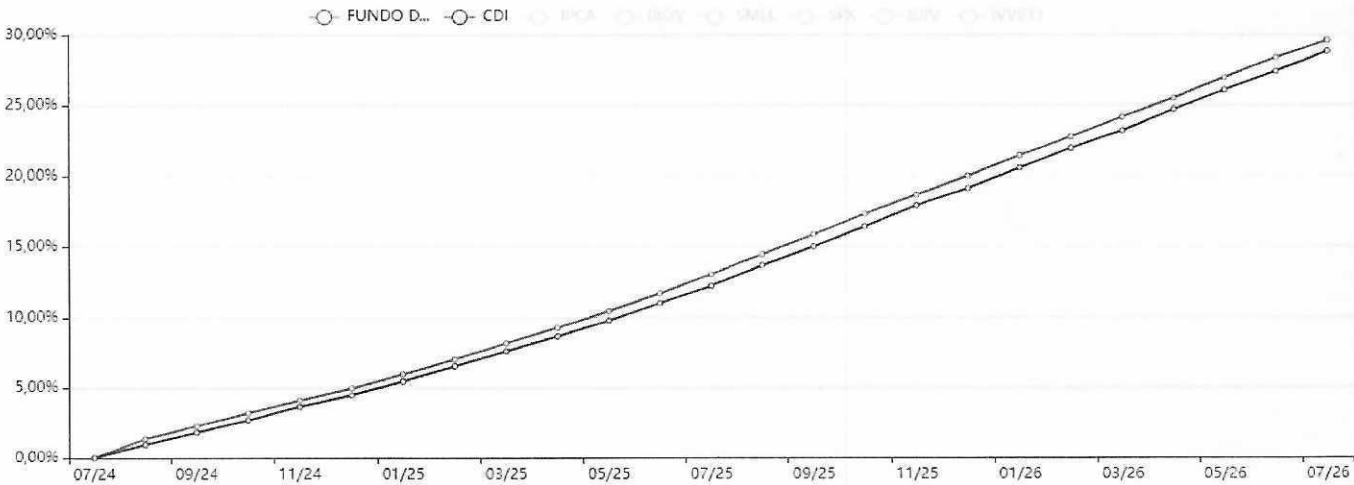
ÍNDICE DE SHARPE (12M)

0,04



GRÁFICO DE RENTABILIDADE

1 A 2 A 5 A 10 A



INFORMAÇÕES SOBRE FIC DE FI CAIXA TOP RF REF DI LP



 Nome do Fundo FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO CAIXA TOP RENDA FIXA REF DI LONGO PRAZO	 CNPJ 19.769.018/0001-80
 DATA INICIAL 05/05/2014	 Benchmark DI DE UM DIA
 CLASSE FUNDOS DE RENDA FIXA	 COMPOSIÇÃO DO FUNDO FI
 GESTOR DO FUNDO CAIXA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.	 ADMINISTRADOR DO FUNDO CAIXA ECONOMICA FEDERAL
 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO 0,15%	 TAXA DE PERFORMANCE 0,00%
 CONDOMÍNIO ABERTO	



RENTABILIDADE HISTÓRICA FIC DE FI CAIXA TOP RF REF DI LP

ARRASTE O QUADRO PARA VER MAIS DADOS →														
ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANO	ACUM
2026	1,17%	1,02%	1,19%	1,03%	1,18%	1,15%	0,43%	-	-	-	-	-	7,38%	222,37%
2025	1,09%	0,91%	1,09%	1,06%	1,16%	1,11%	1,29%	1,17%	1,25%	1,26%	1,06%	1,24%	14,57%	200,21%
2024	1,01%	0,84%	0,87%	0,90%	0,84%	0,78%	0,97%	0,90%	0,86%	0,96%	0,81%	0,79%	11,04%	162,02%
2023	1,10%	0,77%	1,14%	0,94%	1,19%	1,13%	1,14%	1,25%	1,03%	1,03%	0,96%	0,94%	13,38%	135,98%
2022	0,82%	0,86%	0,93%	0,82%	1,10%	1,07%	1,02%	1,19%	1,10%	1,04%	1,05%	1,17%	12,86%	108,13%
2021	0,16%	0,08%	0,07%	0,23%	0,24%	0,32%	0,51%	0,51%	0,58%	0,51%	0,63%	0,76%	4,69%	84,42%
2020	0,38%	0,28%	0,11%	-0,05%	0,33%	0,26%	0,28%	0,15%	0,02%	0,10%	0,16%	0,44%	2,51%	76,16%
2019	0,53%	0,48%	0,47%	0,51%	0,55%	0,46%	0,55%	0,49%	0,45%	0,46%	0,31%	0,35%	5,77%	71,84%
2018	0,57%	0,45%	0,52%	0,51%	0,50%	0,51%	0,53%	0,56%	0,44%	0,53%	0,49%	0,49%	6,29%	62,47%
2017	1,08%	0,88%	1,07%	0,79%	0,93%	0,83%	0,79%	0,79%	0,63%	0,64%	0,56%	0,53%	9,95%	52,86%
2016	1,04%	0,99%	1,19%	1,08%	1,11%	1,16%	1,12%	1,21%	1,11%	1,05%	1,06%	1,12%	14,06%	39,03%
2015	0,94%	0,85%	1,05%	0,97%	0,99%	1,08%	1,19%	1,14%	1,13%	1,17%	1,05%	1,17%	13,50%	21,89%
2014	-	-	-	-	0,78%	0,83%	0,95%	0,88%	0,92%	0,96%	0,85%	0,99%	7,39%	7,39%



CONSISTÊNCIA

140

de 147 meses

Meses negativos

1

de 147 meses

Maior retorno

+1,29%

Jul/2025

Menor retorno

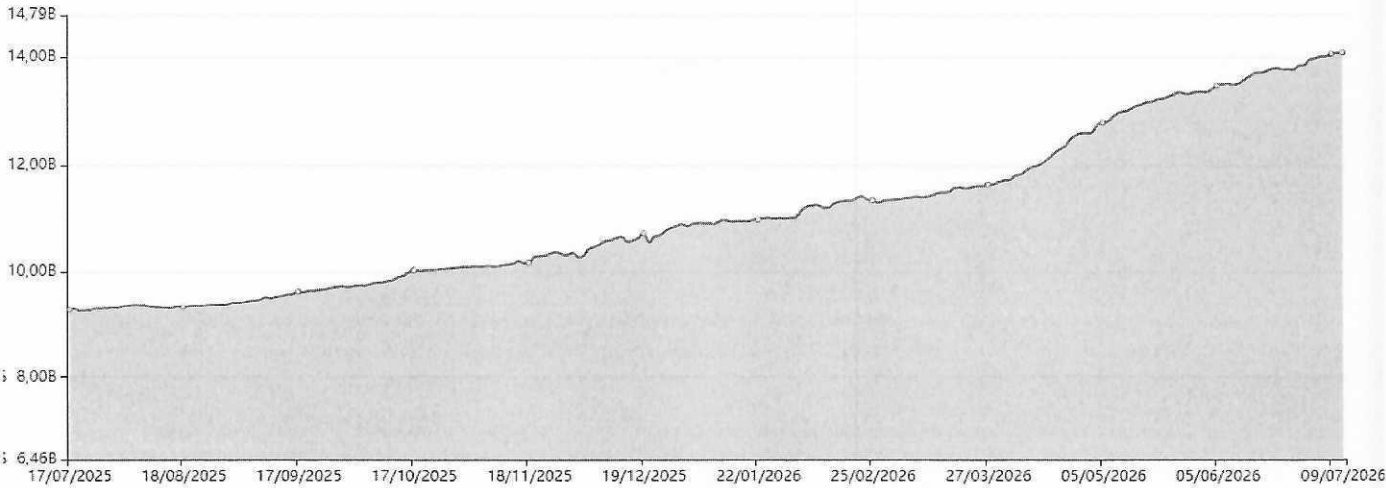
-0,05%

Abr/2020

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO

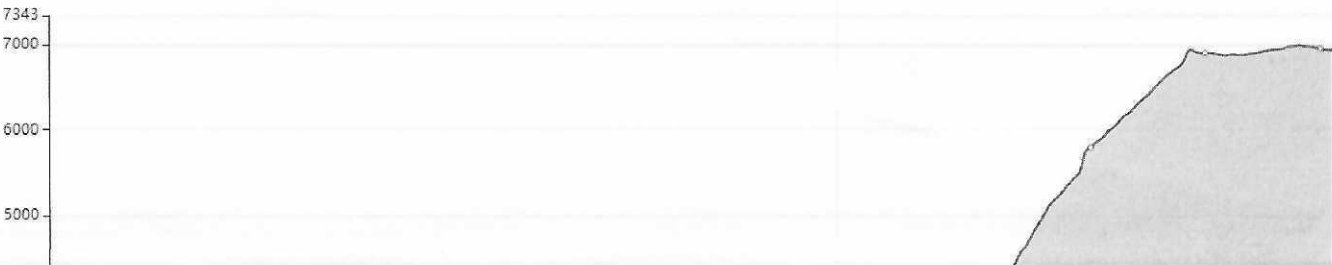
6 M 1 A 5 A 10 A

Patrimônio Atual: R\$ 14,08 Bilhões



EVOLUÇÃO NÚMERO DE COTISTAS

6 M 1 A 5 A 10 A



Imobiliário

Riza Malls

Riza Asset Management



CamScanner

Objetivo

O fundo tem como objetivo proporcionar aos cotistas a valorização e a rentabilidade de suas cotas por meio do investimento em Ativos Imobiliários para participação, aquisição, alienação, desenvolvimento, manutenção e exploração comercial no segmento de shoppings centers.

Riza Malls

Gestão

Riza Real Estate

Administração

XP Adm

Custodiante e Escriturador

Oliveira Trust

Início das Atividades

Novembro | 2025

Prazo

5 anos, prorrogável por mais 1 ano

Público Alvo

Geral

Ambiente de Negociação

CETIP

Quantidade de Emissões

1

Quantidade de Cotas

10.000.000

Taxa de Administração

0,03% ao ano sobre o PL

Taxa de Performance

Não há

Divulgação de Resultados

Último dia útil do mês

Data Ex-Rendimentos

11º dia útil

Pagamento Rendimentos

12º dia útil

Patrimônio Líquido

R\$ 1.036.891.430¹

¹Referentes ao fechamento de abril de 2026

Destaques Riza Malls

Desempenho do Fundo

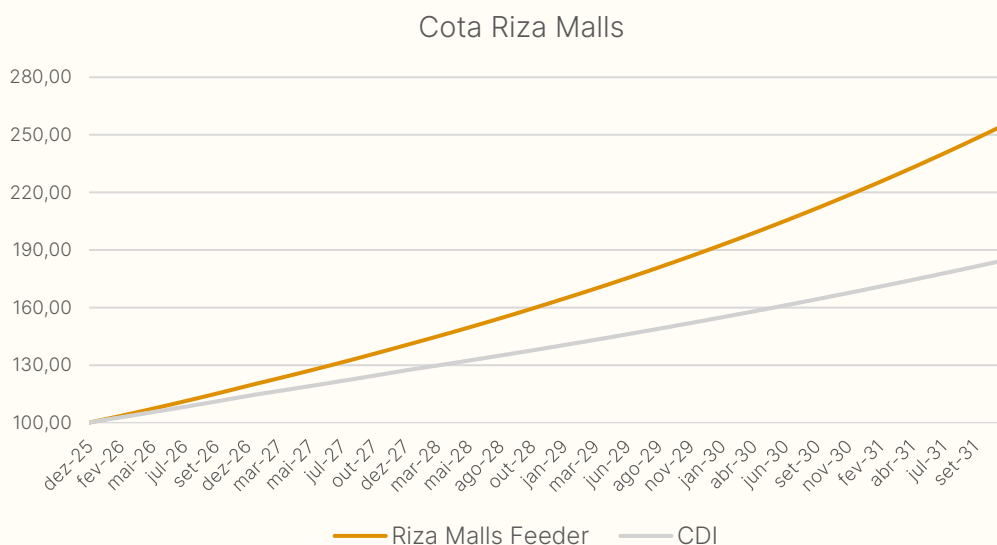
No mês de abril, o Fundo manteve desempenho sólido, com distribuição de R\$ 7,88 milhões em dividendos (R\$ 0,788 por cota) e valorização da cota patrimonial pelo IPCA (m-2), equivalentes a um *Total Return* de IPCA + 10% ao ano, em linha com o rendimento preferencial estabelecido na estrutura do Fundo.

Destaques Operacionais

Os shoppings sustentaram ocupação elevada, com leve recuo da vacância no mês. As vendas totais somaram R\$ 392,4 milhões (+1,6% vs. abril/25), com destaque para SSS de +6,2% no Tietê Plaza e SSR de +16,1% no Campinas. Além disso, o consolidado do NOI dos shoppings foi de R\$ 33,6 milhões (+6,7% *YoY*), com inadimplência líquida controlada.

Retorno Riza Malls

A cota do Fundo possui rendimento preferencial de IPCA + 10% a.a., durante 5 anos com opção de prolongar 1 ano. Considerando esse rendimento e traçando um comparativo ao CDI¹ durante o prazo do fundo, obtém-se a seguinte evolução:



¹ No rendimento da cota, considera-se a isenção do fundo e o CDI bruto, a partir das projeções FOCUS

Fundo

Resultado

O Fundo apresentou desempenho positivo no mês de maio, com geração de caixa operacional proveniente dos shoppings, sustentando a distribuição de dividendos.

Resultado ¹ (R\$ mil)	Abr-26	2026	2025 ²
Receitas	9.414	45.882	34.575
Receita Imobiliária	8.960	43.650	9.572
Ganho de Capital	-	-	-
Resultado Financeiro	454	2.232	25.003
Despesas	(1.074)	(5.938)	(3.133)
Taxa Global	(1.057)	(4.351)	(3.022)
Outras Despesas	(17)	(1.587)	(111)
Resultado	8.340	39.944	31.443
Resultado/Cota	0,834	3,99	3,14

Dividendos

No dia 19 de maio, foi distribuído um total de R\$ 7,88 milhões em dividendos, resultando em R\$ 0,788 por cota, além de uma valorização da cota patrimonial de IPCA³ (m-2), resultando em um *Total Return* de IPCA + 10% ao ano. Tiveram direito aos rendimentos os detentores de cotas no fechamento de 18 de maio.

¹ O resultado considera o consolidado do Feeder, Master e Átria, com as devidas exclusões e combinações

² Considera desde outubro de 2025, quando o Fundo iniciou suas atividades

³ Regulamento do Fundo dita uma defasagem de IPCA de 2 meses

Shoppings

ABL

Em abril de 2026, a área dos shoppings ficou em 340,5 mil m², dos quais 98,8 mil m² são ABL própria, ou seja, quase 30% da ABL total. A seguir, a tabela mostra a composição de ABL para cada shopping, com a nossa participação e ABL própria.

Shopping	ABL Total	%	ABL Própria
Grand Plaza	69.812	20,0%	13.962
Tietê Plaza	36.914	45,0%	16.611
Partage Santana	24.627	15,0%	3.694
Caxias	27.781	17,5%	4.862
Downtown	9.566	100%	9.566
Metropolitano Barra	44.035	40%	17.614
Ponta Negra	40.451	40%	16.176
Campinas	36.137	25%	9.034
Bela Vista	51.143	14,3%	7.319
Total	340.465	28,9%	98.838

Taxa de Ocupação

A taxa de ocupação dos shoppings da carteira se manteve em patamares elevados, refletindo a resiliência e a atratividade dos ativos, além da competência da administração na alocação do mix de lojas. Além disso, foi observado uma manutenção da vacância, reforçando a tendência de demanda por espaços e contribuindo para a estabilidade do fluxo de receitas.

Shopping	Abr-26	LTM
Grand Plaza	97,5%	98,2%
Tietê Plaza	97,3%	97,5%
Partage Santana	91,8%	93,9%
Caxias	95,6%	96,1%
Downtown	97,9%	95,6%
Metropolitano Barra	93,0%	92,5%
Ponta Negra	92,9%	93,1%
Campinas	96,8%	95,8%
Bela Vista	98,6%	98,9%

SSS e SSR

Em abril de 2026, os indicadores de vendas e aluguel apresentaram crescimento anual para a maioria dos shoppings. Vale o destaque para o crescimento anual de *Same Store Sales* (SSS) do Tietê Plaza Shopping de 6,2%, além do Campinas que entregou um crescimento de 16,1% no *Same Store Rent* (SSR), após crescimento de 12,7% no mês anterior.

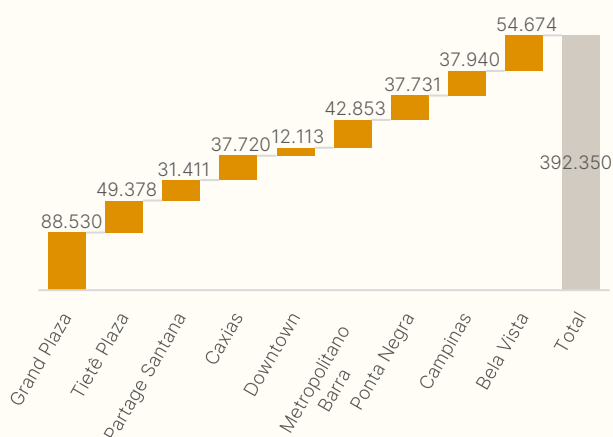
Shopping	SSS	SSR
Grand Plaza	(0,7%)	0,1%
Tietê Plaza	6,2%	6,1%
Partage Santana	(1,6%)	(1,7%)
Caxias	4,3%	5,5%
Downtown	2,0%	2,2%
Metropolitano Barra	(1,3%)	0,8%
Ponta Negra	2,5%	1,1%
Campinas	(0,6%)	16,1%
Bela Vista	5,0%	N.D.

*Dados das tabelas referentes ao fechamento de abril de 2026

Vendas

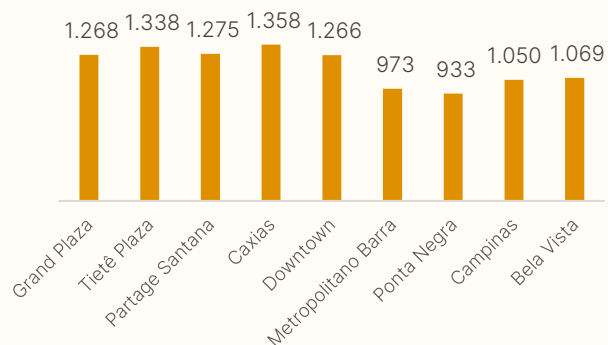
Em abril, as vendas totais do Portfólio de shoppings da Riza totalizaram R\$ 392,4 milhões, uma redução de 4,1% em relação a março, refletindo o menor fluxo de pessoas e demanda no mês de abril.

Vendas Totais (R\$ '000)



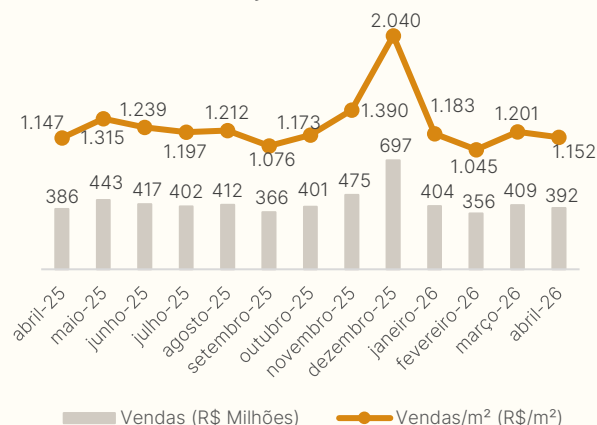
O indicador de vendas por metro quadrado nos shoppings da carteira segue sendo um termômetro essencial para avaliar a eficiência comercial dos ativos. No mês abril, observamos manutenção de níveis saudáveis, refletindo a boa performance dos lojistas e a atratividade dos empreendimentos. Esse resultado reforça a importância do mix de lojas e das estratégias de engajamento com consumidores. A média dos ativos para o indicador foi de R\$ 1.152/m².

Vendas/m² (R\$/m²)



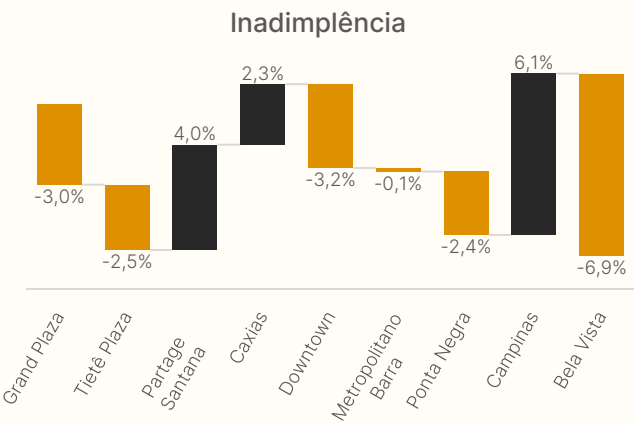
Comparando com abril de 2025, as vendas mantiveram-se consistentes com a tendência positiva observada nos últimos meses dos shoppings, refletindo a boa performance operacional e atração dos ativos aos consumidores. Além disso, houve um aumento de 1,6% em relação as vendas registradas de R\$ 386,1 milhões em abril de 2025.

Evolução de Vendas



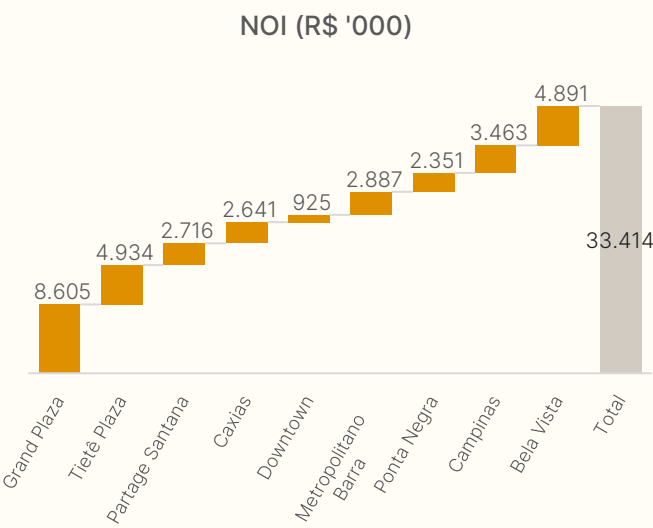
Inadimplência

Em geral, os shoppings encerraram o mês janeiro com inadimplência líquida controlada, com renegociações de contratos de aluguéis, reforçando a política de cobrança dos ativos do Fundo. Vale destacar que uma inadimplência líquida negativa é um sinal positivo, já que o shopping recuperou um maior valor inadimplido do que gerou de inadimplência.

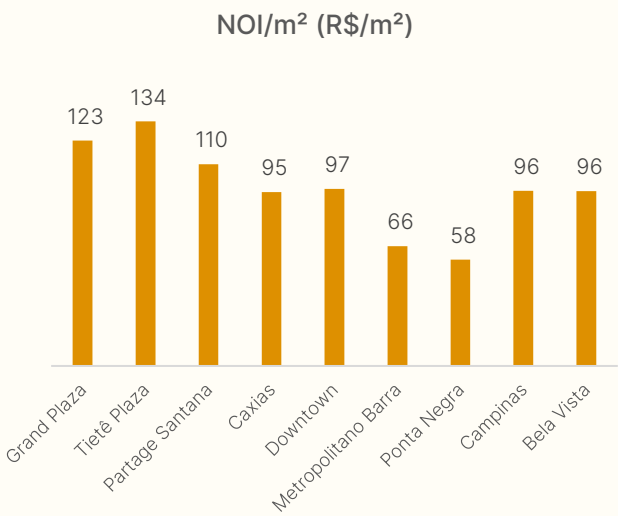


NOI

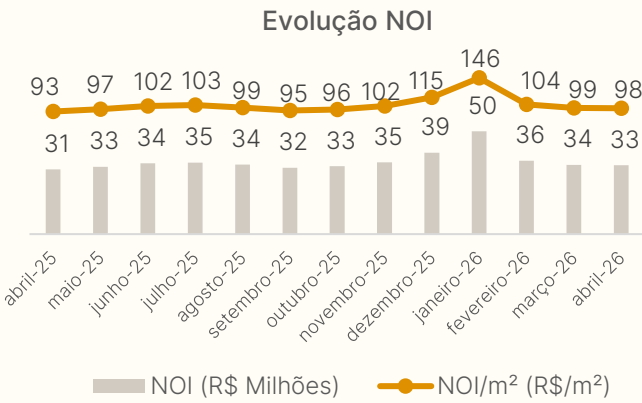
No mês de abril, houve uma redução do NOI dos shoppings. Essa redução é vista como uma continuação da queda de fevereiro, devido à sazonalidade de começo de ano. Foi observado um NOI de R\$ 33,4 milhões, ou seja, uma redução de 0,4% em relação ao mês de fevereiro. O NOI do Fundo, considerando a participação nos shoppings, foi de R\$ 9,7 milhões.



O indicador NOI/m² apresentou valores saudáveis, reforçando a produtividade por área locável e indicando que os ativos estão gerando mais receita líquida proporcionalmente ao espaço disponível. Essa tendência de resultados é fundamental para avaliar a rentabilidade e direcionar estratégias de otimização do portfólio.



Comparando com abril de 2025, o NOI manteve-se consistente com a tendência positiva observada nos últimos meses dos shoppings, refletindo a boa performance operacional dos ativos e a eficiência na gestão de despesas. Foi observado um aumento de 6,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.



*Dados dos gráficos referentes ao fechamento de abril de 2026

Riza Malls



Relatório Mensal

Maio | 2026

Resumo

Shopping	Cidade	ABL Total (m²)	ABL Própria (m²)	Participação	Administrador	Ocupação	NOI Total LTM (R\$ '000)
Grand Plaza	Santo André	69.812	13.962	20,00%	SYN	97,50%	117.435
Tietê Plaza	São Paulo	36.914	16.611	45,00%	SYN	97,31%	69.452
Partage Santana	São Paulo	24.627	3.694	15,00%	Partage	91,83%	37.287
Caxias	Duque de Caxias	27.781	4.862	17,50%	Allos	95,63%	37.208
Downtown	Rio de Janeiro	9.566	9.566	100,00%	Ancar	97,89%	12.678
Metropolitano Barra	Rio de Janeiro	44.035	17.614	40,00%	SYN	93,03%	37.505
Ponta Negra	Manaus	40.451	16.176	39,99%	HBF	92,90%	30.233
Campinas	Campinas	36.137	9.034	25,00%	Argo	96,80%	49.696
Bela Vista	Salvador	51.143	7.319	14,31%	Bela Vista	98,59%	66.970
Total		340.465	98.838				458.464

Galeria



Grand Plaza Shopping



Tietê Plaza Shopping



Partage Santana Shopping



Caxias Shopping



Shopping Downtown



Shopping Metropolitano Barra



Shopping Ponta Negra



Campinas Shopping



Shopping Bela Vista

Glossário

ABL – Área Bruta Locável: padronização internacional que soma todas as áreas disponíveis para locação, medida em metros quadrados. Indicador avalia o tamanho e potencial de receitas de um imóvel.

ABL Própria: ABL de titularidade do fundo, ponderada pela participação em cada ativo.

NOI: Receita Operacional Líquida. Métrica financeira que indica a rentabilidade de um ativo, calculado pela receita gerada pelo imóvel menos suas despesas operacionais.

Cap Rate: NOI sobre o valor do ativo, indicando a taxa de retorno esperada para aquele ativo.

SSS: Same Store Sales. Mede o crescimento percentual das vendas de lojas comparáveis (em operação há mais de 12 meses), indicando performance orgânica e maturidade do ativo.

SSR: Same Store Rent. Mede o crescimento da receita de aluguel de lojas comparáveis (em operação há mais de 12 meses).

Taxa de Vacância: Mede o percentual da ABL que esteve desocupada em determinado período, refletindo a demanda do mercado e eficiência da gestão do ativo.

Inadimplência Líquida: Representa a receita de aluguel que não foi paga, descontando os valores que foram recuperados. Mede a qualidade de crédito dos locatários.

Desconto: Abatimento ou redução concedida no valor do aluguel, de forma a atrair locatários e renegociar contratos em momentos estressados. Fornecido em porcentagem, em relação ao aluguel total.

Capex: valor destinado a melhorias dos empreendimentos – desenvolvimento imobiliário, expansões, projetos, equipamentos, etc.

Vendas Totais: soma das vendas totais declaradas pelas lojas de cada shopping.

Vendas Totais/m²: soma das vendas totais declaradas pelas lojas de cada shopping dividida pela ABL

Fluxo de Veículos: número de veículos que frequentaram o shopping, indicando acessibilidade e visibilidade do ativo.

Aluguel Mínimo: valor base e fixo pago pelos lojistas, independente do faturamento.

Aluguel Percentual: valor vindo do percentual do faturamento bruto dos lojistas.

Mall: valor recebido de áreas comuns do shopping.

Inadimplência Líquida: diferença entre a inadimplência gerada no período e a inadimplência recuperada no período.

Disclaimer

Este conteúdo tem propósito exclusivamente informativo e se baseia em dados estatísticos, metodologias probabilísticas, fatos concretos do mercado financeiro e em resultados financeiros apurados. Em nenhum momento, o conteúdo desta mensagem representa opiniões pessoais ou recomendações de investimento financeiro de qualquer natureza. Não se configuram, portanto, como ideias, opiniões, pensamentos ou qualquer forma de posicionamento por parte Riza Asset e o Administrador. É terminantemente proibida a utilização, acesso, cópia ou divulgação não autorizada das informações presentes neste conteúdo. O investimento em ações é um investimento de risco. Na realização de operações com derivativos existe a possibilidade de perdas superiores aos valores investidos, podendo resultar em significativas perdas patrimoniais. Para avaliação da performance de um fundo de investimentos é recomendável a análise de, no mínimo, 12 (doze) meses. Leia o prospecto e o regulamento antes de investir. Todas as informações sobre os produtos, bem como o regulamento e o prospecto e regulamento aqui listados, podem ser obtidas com seu agente de investimentos, em nosso site na internet ou no site do referido gestor. Fundos de investimento não contam com garantia do administrador, do gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou fundo garantidor – FGC. A taxa de administração máxima compreende a taxa de administração mínima e o percentual máximo que a política do FUNDO admite despendar em razão das taxas de administração dos fundos de investimento investidos. Os fundos de ações e multimercados com renda variável /sem renda variável podem estar expostos a significativa concentração em ativos de poucos emissores, com os riscos daí decorrentes. Os fundos de crédito privado estão sujeitos a risco de perda substancial de seu patrimônio líquido em caso de eventos que acarretem o não pagamento dos ativos integrantes de sua carteira, inclusive por força de intervenção, liquidação, regime de administração temporária, falência, recuperação judicial ou extrajudicial dos emissores responsáveis pelos ativos do fundo. Os fundos de cotas aplicam em fundos de investimento que utilizam estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus cotistas. Os fundos de renda fixa estão sujeitos a risco de perda substancial de seu patrimônio líquido em caso de eventos que acarretem o não pagamento dos ativos integrantes de sua carteira, inclusive por força de intervenção, liquidação, regime de administração temporária, falência, recuperação judicial ou extrajudicial dos emissores responsáveis pelos ativos do fundo. Para informações e dúvidas, favor contatar seu agente de investimentos. Rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura. As rentabilidades divulgadas não são líquidas de impostos e taxas de saída e performance. As informações publicadas não levam em consideração os objetivos de investimento, situação financeira ou necessidades específicas de qualquer investidor. Os investidores devem obter orientação financeira independente, com base em suas características pessoais, antes de tomar uma decisão de investimento. Caso os ativos, operações, fundos e/ou instrumentos financeiros sejam expressos em uma moeda que não a do investidor, qualquer alteração na taxa de câmbio pode impactar adversamente o preço, valor ou rentabilidade. A Riza Asset e o Administrador não se responsabilizam por decisões de investimentos que venham a ser tomadas com base nas informações divulgadas e se exime de qualquer responsabilidade por quaisquer prejuízos, diretos ou indiretos, que venham a decorrer da utilização dessa plataforma. Os desempenhos anteriores não são necessariamente indicativos de resultados futuros. Investimentos nos mercados financeiros e de capitais estão sujeitos a riscos de perda superior ao valor total do capital investido

Nome do Fundo

Fundo de Investimento Imobiliário Riza Malls Feeder

CNPJ

62.995.712/0001-45

Administradora

XP Investimentos CCTVM S.A.